

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

RELATÓRIO DE VISITA DE INSPEÇÃO

Estabelecimento

Penitenciária Dr. Francisco Nogueira Fernandes, mais conhecida como Penitenciária Estadual de Alcaçuz

Distrito de Alcaçuz, Município de Nísia Floresta, distante cerca de 40 km de Natal (RN)

Data

8 de dezembro de 2008, das 9 às 13h.

Conselheiros: Christine Kampmann Bittencourt e Ela Wiecko V. de Castilho. Apoio: Deivid Edson Lima de Sousa.

Estavam presentes o Diretor Ailson Dantas e o Vice-Diretor Luiz Henrique Diniz, bem como o Coordenador da Administração Penitenciária Estadual José Deques Alves. Acompanharam-nos durante a visita Marcus Vinicius Pereira Jr., juiz de Direito de Nísia Floresta, e Danielle de Carvalho Fernandes, promotora de Justiça da comarca. A visita à administração foi presenciada por repórteres de jornais e emissoras locais de televisão. O Sr. José Deques Alves não autorizou que a imprensa acompanhasse a visita ao interior da penitenciária. No final da tarde as Conselheiras se reuniram com o Secretário de Justiça e Cidadania, Leonardo Arruda Câmara, na sede da secretaria, no Centro Administrativo. Ele demonstrou surpresa com as observações negativas acerca do estado da penitenciária de Alcaçuz. No dia seguinte fez chegar às nossas mãos cópia de monografia de conclusão de curso elaborada por servidora da SEJUC, dois CD referentes ao projeto de ioga nas prisões, reportagens da imprensa sobre a visita de inspeção, cópia de ofícios por ele encaminhados à Governadora, ao Juiz de Direito de Nísia Floresta e ao Presidente do CNPCP, assim como de fotos de uma visita feita pelo presidente do Conselho Penitenciário à penitenciária em 2006, após a construção do quinto pavilhão (anexos). O ofício ao CNPCP, datado de 23 de junho de 2008, solicita pronunciamento sobre a legalidade de decreto que aumentou a lotação da penitenciária. No dia seguinte a Conselheira Ela Wiecko reuniu-se com o Desembargador Cristovam Praxedes, Corregedor-geral de Justiça, cujo mandato expira em janeiro de 2009, e com o Juiz Corregedor Kenneth, que lhe relataram a dificuldade de relacionamento com o Secretário Leonardo Arruda Câmara para encaminhar soluções definitivas aos problemas crescentes no sistema prisional e o descomprometimento da Governadora Wilma Faria com a questão penitenciária. A Conselheira reuniu-se ainda com a Dra. Caroline Maciel da Costa, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, que também ressaltou a dificuldade de manter diálogo construtivo com o Secretário Leonardo.

O transporte para as visitas de inspeção foi providenciado pela SEJUC.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

Lotação e destinação

A Penitenciária de Alcaçuz é classificada como estabelecimento de regime fechado para homens.

Capacidade

Lotação prevista: 620 vagas (Decreto n. 20382, de 12 de março de 2008) sendo 500 para sentenciados em regime fechado e 120 para presos provisórios.

Lotação no dia da visita: 596 presos, distribuídos em celas individuais ou coletivas, com até 10 pessoas. É o número informado, do qual não temos certeza, pois não foram apresentados registros. Não vimos livros de entrada e saída, fichários de papel e muito menos sistema eletrônico de dados. O diretor trabalha com um *notebook* pessoal. Reclamou da falta de impressora.

Há uma querela acerca da legalidade do aumento da lotação e da utilização do estabelecimento como presídio. O governo estadual construiu um novo pavilhão, com 120 vagas, destinado a presos provisórios, e transformou o setor médico em 15 celas. Por decreto aumentou o número de vagas de 500 para 620. O MP intentou ação civil pública questionando o aumento de vagas sem a correspondente estrutura e a utilização como cadeia. No dia 5 de dezembro de 2008, o Juiz da comarca de Nísia Floresta concedeu a liminar de interdição.

Em maio de 2007 havia 419 presos (PEREIRA, 2007. p. 41).

Administração

A Penitenciária é administrada por um diretor e um vice-diretor, que exercem cargos comissionados. O atual diretor, Ailson Dantas, é delegado de polícia. Foi cooperativo, mas não tinha dados à mão. Alguns presos elogiaram a direção.

Infra-estrutura :

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



O estabelecimento foi construído em 1988 sobre uma duna, com quatro prédios. Em 2006, foi construído um novo pavilhão para 120 presos provisórios. Em 2008 o prédio que abrigava o Setor Médico foi adaptado para celas especiais destinadas a presos com bom comportamento. Os prédios estão mal conservados, exceto o da administração. Este é limpo e bem iluminado. Nele verificamos a biblioteca com livros velhos e imprestáveis, o parlatório, as salas de atendimento médico e psicossocial. Conversamos no parlatório com muita dificuldade. Os interlocutores precisam ficar em pé e a audição é difícil.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Os prédios estão circundados por um muro. A circulação entre os prédios é feita por caminhos calçados ou não. Alguns canteiros com ervas aromáticas em frente ao pavilhão dos presos provisórios são uma exceção nos espaços vazios e arenosos. Mas, ao lado, o lixo se acumula e uma fossa regurgita. O lixo é recolhido uma vez por semana. A administração do município não atendeu o pedido para aumentar a frequência da coleta.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

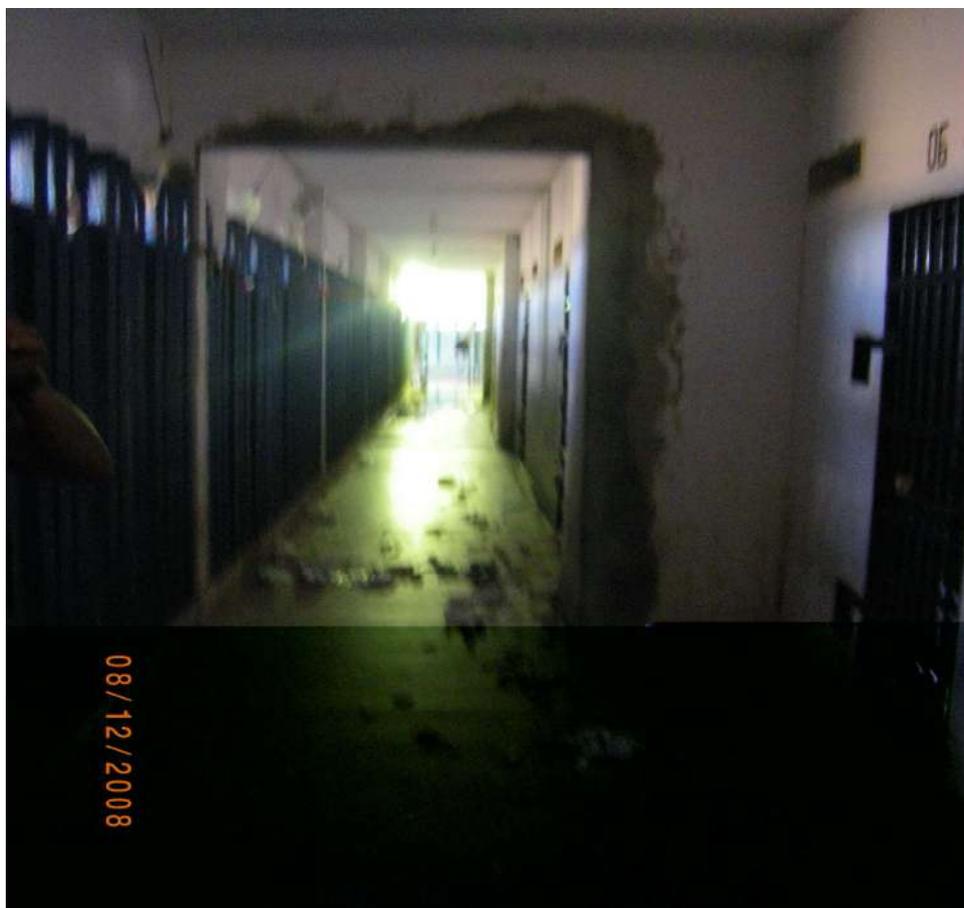


Não foram visitados todos os pavilhões, mas a situação deve ser igual ou pior àquela que constatamos. Celas escuras, sujas, os presos amontoados. Em um pavilhão o corredor estava cheio de lixo e com água acumulada.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



O pavilhão do isolamento é uma indignidade. Nele estão dois doentes mentais. Abertas as celas nos deparamos com seres humanos sentados em camas de concreto enjaulados no escuro sem nada o que fazer por horas a fio, dias sem conta.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

A impressão geral sobre as instalações hidráulicas e elétricas é ruim. Mas o relatório preenchido pelo diretor dá como boas as instalações elétricas e reguares as hidráulicas. A lavanderia só atende aos presos que trabalham na cozinha e a impressão é de abandono. A padaria industrial funciona precariamente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Tivemos a oportunidade de observar a entrega da carne pelo fornecedor. Ela fica depositada no chão, na entrada da penitenciária, o sangue escorrendo. Dali é levada em carrinhos de construção, exposta a contaminação, até o frigorífico onde fica armazenada.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Também não fomos até o campo de futebol e ao pátio do banho de sol.

Segurança

As muralhas e guaritas não são guarnecidas. A segurança externa é realizada por policiais militares e por uma equipe do batalhão de operações especiais em caso de emergência. Segundo Pereira (2007, p. 47) em 2007 eram 120 soldados que guardavam as guaritas e a torre de vigia principal. Uma metralhadora, 40 apontava permanentemente para o pátio e para a entrada dos pavilhões. Não percebemos esse aparato.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



A segurança interna é feita por 36 agentes. Em cada turno de 24 horas de trabalho por 72 de descanso atendem de 5 a 7 agentes (Plano Diretor, 2008, p. 11). O número de agentes vem diminuindo constantemente. O pequeno número de agentes prejudica o banho de sol, as atividades laborais e o estudo dos presos.

Os agentes não possuem uniforme de trabalho e só dispõem de armamento letal.

O equipamento raio-x detector de metais não funciona. Falta cadeado nos portões.

Desde 26 de junho de 2008 houve 7 tentativas de fuga. É muito comum a escavação de túneis, facilitada pelo terreno arenoso.

Segundo a Promotora de Justiça, Alcaçuz é um barril de pólvora. Em fevereiro dois presos foram degolados. Pára dúvida sobre o suicídio de um terceiro.

Foram-nos mostradas 15 facas artesanais e componentes de telefone celular apreendidos em busca realizada antes de nossa chegada.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Disciplina

Não há conselho disciplinar constituído, por falta de servidores. A desobediência às regras é punida com o isolamento por um período de 10 a 30 dias em um pavilhão específico. São consideradas falta grave o porte de drogas, lesão corporal e dano ao patrimônio público. Porte de celular não é considerado falta grave As sanções são aplicadas pelo diretor e pelo vice-diretor, o que contraria informações do Plano Diretor.

Saúde

O Estado do Rio Grande do Norte aderiu ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, em agosto de 2004, tendo se comprometido a formular o Plano Estadual. Até agora não foi implantado. No momento da visita presos estavam sendo atendidos pelo médico Johnson Silva e pela técnica de enfermagem Mari Jaqueline Barbosa da Silva . São profissionais terceirizados que foram contratados há 20 dias, em atendimento à decisão judicial, e que estão tendo o primeiro contato com os presos. Não observamos estar sendo equipada a penitenciária com recursos do DEPEN (Plano Diretor, 2008, p. 12). Segundo Pereira (2007, p. 43), em 2007 o atendimento ambulatorial era feito por uma médica da Pastoral Carcerária e os casos de urgência eram encaminhados ao SUS. A mesma autora faz referência a um mutirão de saúde realizado naquele ano pelas secretarias estadual e municipal de saúde e pela pastoral.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

Segundo a ata de inspeção ordinária da Promotora, realizada no dia 24 de novembro (em anexo), o atendimento em 2008 estava sendo feito por um médico e um dentista, de forma irregular. Há uma mini-farmácia de medicamentos básicos fornecidos pela Unidade Central de Agentes Terapêuticos, da Secretaria Estadual de Saúde. Foi nos referida a falta de medicamentos.



Constatamos a sala de atendimento odontológico instalada com recursos do DEPEN. Tem ar-condicionado, mas falta o equipamento de estufa e de auto-clave.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Higiene

O banho de sol só é permitido nas terças e sextas feiras.

A lavanderia atende apenas a poucos presos. Entretanto, em 2007, Pereira (p.44) relatou que, com a reestruturação da lavanderia, todos os presos eram atendidos.

Os presos estão mal vestidos, não recebem toalhas nem artigos de higiene.

Alimentação

A alimentação é confeccionada na própria unidade sob a orientação de nutricionista. Não ouvimos reclamações espontâneas sobre a comida. Quando perguntados, os presos deram respostas contraditórias sobre a qualidade da mesma.

Os presos recebem três refeições diárias (café, almoço e jantar).

A plantação de uma horta referida por Pereira (2007, p.44) não teve sucesso.

Assistência material

Os presos não recebem uniforme, roupa de cama, toalhas e artigos de higiene. Ouvimos reclamação sobre os colchões, muito finos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Educação, cultura e lazer

Aulas de alfabetização são ministradas pelo projeto “Lendo e Aprendendo”, da Secretaria Estadual de Educação. No relatório preenchido pelo diretor consta 22 alunos de alfabetização e 30 do primeiro grau.

No que diz respeito à Penitenciária de Alcaçuz não é verdadeira a informação do Plano Diretor de que “todas as penitenciárias oferecem salas de aula para educação e profissionalização dos presos” (p. 39).

No prédio principal há uma sala de informática com 10 computadores doados pelo Banco do Brasil, que nunca foram utilizados., por falta de instrutores, que seria a contrapartida da SEJUC. Foi-nos dito que alguns estão deteriorados.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



O acervo da biblioteca é constituído basicamente de obras jurídicas defasadas e de alguns outros livros de conteúdo desinteressante para os presos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA



Não é permitido o uso de rádio e televisão.

Não são proporcionados exercícios físicos com regularidade. Os presos jogam futebol esporadicamente. O projeto “Mente Livre”, de ioga nas prisões, deixou de funcionar nessa penitenciária. O relatório do diretor nada assinalou quanto a atividades esportivas, culturais e de lazer.

Trabalho

As únicas atividades laborativas que percebemos foram as de lavanderia, limpeza, cozinha e padaria. Vimos as instalações onde vai funcionar uma fábrica de cartuchos remanufaturados de impressora, mas provavelmente o início da atividade ainda vai demorar.

Em 2007, cerca de 150 apenados estiveram envolvidos na confecção de bolas, com recursos do projeto “Pintando a liberdade”, do Ministério dos Transportes. A oficina mecânica mencionada no Plano Diretor (2008, p. 15) inexistente. É falsa a afirmação do Plano Diretor de que, à exceção das cadeias públicas e do Centro de Detenção Provisória, todos os demais estabelecimentos penais oferecem estrutura laboral de caráter educativo e produtivo (p. 16), bem como a de que o artesanato é desenvolvido em todos os estabelecimentos penais (p.18). Também não

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

corresponde à realidade a informação de que em Alcaçuz são desenvolvidas atividades laborais na área de mecânica de autos e cultivo de hortaliças (p. 18). O relatório preenchido pelo diretor consigna que estão em atividade laboral na cozinha 22 presos, na limpeza 36, na administração 3, em oficinas não identificadas outros 3.

Assistência jurídica

A falta de assistência jurídica é uma das três reclamações mais freqüentes. As outras duas são falta de medicamentos e da assistência familiar. O defensor público só comparece duas vezes por semana, o que não confere com o que foi informado no Plano Diretor de que um defensor público atua de forma contínua e de que atua nos procedimentos disciplinares. A Defensoria Pública do Estado foi criada em 2003. O primeiro concurso público ocorreu em agosto de 2008, tendo sido aprovados 23 candidatos. Atualmente são 17 defensores atendendo em todo o Estado.

Não se compreende a razão pela qual a Meta 8 – Assistência Jurídica, de curto prazo, prevista no Plano Diretor, para a realização de um convênio com a OAB e com a Faculdade Direito não foi concretizada passado um ano inteiro.

Como já referido, o parlatório é desconfortável e propicia apenas três atendimentos por vez.

O Juiz de Direito e a promotora de Justiça da comarca de Nísia Floresta têm sido muito atuantes, apesar das dificuldades que enfrentam. Trata-se de Vara Única, com competência Plena, cerca de 5 mil processos. Há déficit de servidores na Vara e na Promotoria.

O Conselho Penitenciário não faz inspeção regularmente.

Assistência social

No momento da visita uma psicóloga, Tatiana, e uma assistente social, Poliana, faziam atendimento. Relataram ter iniciado o trabalho há 20 dias, formalizado como contrato de prestação de serviços. Ressaltaram que as três reivindicações mais importantes dos presos são medicamentos, transferência para perto da família e assistência jurídica.

Assistência religiosa

Não tivemos notícia.

Visitas

As visitas de familiares, realizadas aos sábados e domingos, são escassas porque a maioria dos presos é do interior. Por isso, reivindicam transferência para estabelecimentos prisionais mais próximos de suas famílias. A decisão sobre transferência está nas mãos do Sr. João Deques, que, na prática, detém o poder máximo em assuntos penitenciários. Note-se que o Secretário

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

da SEJUC não deu entrevistas sobre nossa visita, o porta-voz foi o Coordenador de Administração Penitenciária.

A visita íntima é realizada às quartas-feiras, na própria cela do preso. Segundo depoimento de um preso é uma humilhação, mas não tivemos maiores esclarecimentos. O relatório preenchido pelo diretor, assinala que, embora não haja local apropriado, a impressão do local de visita íntima é boa, o que nos parece contraditório.

Outras informações

Foi recentemente empossado o Conselho da Comunidade de Nísia Floresta.

Conclusões

Os principais problemas são: (a) desvirtuamento da destinação do estabelecimento; (b) insuficiência de agentes penitenciários; (c) assistência precária a saúde; (d) assistência jurídica precária; (e) oportunidades de trabalho praticamente inexistentes.

Trata-se de um depósito de presos. Considerando informações constantes em monografia de conclusão de curso de administração, elaborada por servidora da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUC), e em material fornecido pelo próprio Secretário, a situação de Alcaçuz vem se deteriorando. Cada vez menos segurança, menos trabalho, menos saúde, menos assistência jurídica e social. O Coordenador de Administração Penitenciária é um capitão de polícia reformado, que goza da inteira confiança do Secretário que parece não se preocupar realmente com em proporcionar saúde, trabalho e educação para os presos nem prepara-los para a sua saída do sistema prisional. Se, como foi-nos dito, Alcaçuz é o melhor estabelecimento do estado a situação dos demais deve ser lastimável.

Recomendações

Oficiar:

ao **Prefeito de Nísia Floresta** para que autorize a coleta diária de lixo na Penitenciária e, se possível, de modo seletivo (lixo reciclável/orgânico);

ao **Secretário de Saúde do Estado** para que verifique as condições sanitárias do estabelecimento penal, em especial da cozinha, da padaria, das fossas, do armazenamento de víveres;

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

ao **Tribunal de Justiça** para que promova estudos visando a criação de vara de execução penal em Nísia Floresta e disponibilize mais servidores para a comarca;

ao **Procurador-geral de Justiça** para que disponibilize mais servidores para a promotoria de Nísia Floresta;

ao **Presidente do Conselho Penitenciário** para que o referido conselho proceda com regularidade inspeções nos estabelecimentos prisionais;

ao **Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania** para que: **(a)** determine obras urgentes de reparos no prédio e nos equipamentos da penitenciária de Alcaçuz bem como a compra de cadeados; **(b)** determine a compra de equipamentos de informática e a reorganização administrativa da unidade; **(c)** determine a implementação imediata do convênio com o Banco do Brasil quanto aos equipamentos de informática para ensino; **(d)** promova articulação com as Secretarias de Educação, Saúde e Trabalho para o imediato oferecimento de atividades educativas, laborativas e de assistência a saúde dos presos; **(e)** mantenha contato com os órgãos de execução penal do Judiciário e do Ministério Público federal e estadual, com vistas a estabelecer soluções em conjunto para os problemas do sistema prisional; **(f)** agilize os procedimentos necessários à realização de concursos públicos, licitações e contratações necessários à execução penal em conformidade com a Lei de Execução Penal; **(g)** determine a imediata constituição de Comissão Disciplinar da Penitenciária de Alcaçuz; **(h)** determine o imediato oferecimento de atividades laborativas e educativas na Penitenciária de Alcaçuz.

à **Governadora do Estado** para que se inteire da situação de abandono do sistema penitenciário do estado e: **(a)** reveja a autorização para locação de presos provisórios na penitenciária, porque contrária a lei; **(b)** revogue o Decreto que fixou a lotação em 620 vagas, porque o número é incompatível com a estrutura física e com a assistência ora oferecidas; **(c)** autorize a realização de concursos para o provimento de vagas de agentes penitenciários e de profissionais de saúde, psicólogos, assistentes sociais e professores para atuar nos estabelecimentos prisionais; **(d)** determine com urgência a abertura de concurso para provimento de vagas na Defensoria Pública; **(e)** oriente o Secretário da Justiça e da Cidadania a buscar interagir com o Judiciário e com o Ministério Público, em especial com o Corregedor Geral de Justiça, com o Procurador-geral de Justiça e com a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, tendo em vista, entre outras questões, a da transferência de presos; **(f)** determine a imediata elaboração e implementação do Plano Estadual de Saúde Penitenciária com previsão de encaminhamento de presos com transtorno mental a Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS).

ao Diretor do Departamento Penitenciário (DEPEN) informando que o diagnóstico elaborado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação Pronasci-Depen em 2008 carece de credibilidade, pois muitas informações não foram confirmadas nas visitas *in loco*.

Referências bibliográficas

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E
PENITENCIÁRIA

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário. *Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte*. Acessível em www.mj.gov.br

PEREIRA, Francisca Cristina de Paiva. *A realidade de uma gestão penitenciária: o caso de Alcauz*. Monografia de conclusão de curso (graduação em administração geral). Natal: Faculdade Câmara Cascudo. 2007.

Anexos

Relatório padronizado de inspeção de estabelecimento prisional

Ata de inspeção da Promotora de Justiça da comarca de Nísia Floresa

CD com fotos

Reportagens jornalísticas

Ofício do Secretário da SEJUC, com anexos.